

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONTEÚDO RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Tiago Barreto Lima¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1360-2302>

Johnathan Cardoso Santos² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5424-3428>

Maycon Santos Nascimento³ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0988-3781>

Alberlene Ribeiro de Oliveira⁴ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9802-3205>

¹ Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, Sergipe, Brasil*

² Universidade Federal de Sergipe – UFS, Itabaiana, Sergipe, Brasil**

³ Universidade Federal de Sergipe – UFS, Itabaiana, Sergipe, Brasil***

⁴ Universidade de Pernambuco – UPE, Recife, Pernambuco, Brasil****

Artigo recebido em 06/02/2023 e aceito em 11/03/2023

RESUMO

O capitalismo assume, no Brasil, sua fase monopolista a partir da década de 1940, com destaque para o pós-1960, quando se difunde a “Revolução Verde”. Diante de pacotes verdes que englobavam a entrada massiva de maquinários pesados e o uso de sementes e animais geneticamente modificados, o país torna-se cenário de transformações rápidas e intensas, tanto no espaço rural, quanto no espaço urbano. Nesse ínterim, o presente trabalho é produto do Projeto de Ensino apresentado como requisito parcial à aprovação na disciplina Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia III, do Departamento de Geografia, Campus Prof. Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe. O projeto foi direcionado aos discentes do 7º Ano do Ensino Fundamental II do Colégio Estadual Prof. Nestor Carvalho Lima, situado na cidade de Itabaiana-SE. O trabalho teve como objetivo analisar a relação campo-cidade e seus desdobramentos no espaço geográfico a partir da Revolução Verde (1960). O método de análise desta pesquisa foi o materialismo histórico dialético, com o propósito de trazer à tona as contradições engendradas pelas relações existentes entre os espaços urbanos e rurais e baseou-se na abordagem qualitativa, visando abarcar as experiências desenvolvidas ao longo do processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, os alunos compreenderam os conceitos discutidos sobre a relação campo-cidade e seus desdobramentos que auxiliaram no entendimento desses rearranjos materializados no espaço agrário e no espaço urbano, a contribuir no desnudar da relação natureza-sociedade.

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS/CAPES). E-mail: thiagobarreto824@gmail.com

** Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: johnathan_cardoso@yahoo.com

*** Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: santosmaycon244@gmail.com

**** Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade de Pernambuco-UPE. E-mail: alberlenegeo@academico.ufs.br

Palavras-chave: campo-cidade; ensino de Geografia; Revolução Verde; capitalismo.

SUPERVISED INTERNSHIP IN GEOGRAPHY: CONSIDERATIONS ABOUT THE CONTENTS RELATION FIELD- CITY AND ITS CONSEQUENCES IN THE BRAZILIAN GEOGRAPHIC AL SPACE

ABSTRACT

Capitalism assumes, in Brazil, its monopoly phase from the 1940s, especially after the 1960s, when the "Green Revolution" spreads. In the face of green packages that encompassed the massive entry of heavy machinery and the use of genetically modified seeds and animals, the country becomes the scene of rapid and intense transformations both in rural and urban spaces. In the meantime, the present work is a product of the Teaching Project presented as a partial requirement to pass the Supervised Internship in Geography Teaching III subject, from the Department of Geography, Campus Prof. Alberto Carvalho, from the Federal University of Sergipe. The project was directed to students of the 7th Year of Elementary School at Estadual Prof. Nestor Carvalho Lima School, located in the city of Itabaiana-SE. The objective of this work was to analyze the rural-city relationship and its unfolding in the geographic space from the Green Revolution (1960). The method of analysis of this research was the dialectical historical materialism, with the purpose of bringing to light the contradictions engendered by the existing relations between urban and rural spaces and was based on a qualitative approach, aiming to encompass the experiences developed throughout the teaching-learning process. For that matter, the students understood the concepts discussed about the countryside-city relationship and its developments that helped in the understanding of these rearrangements materialized in the agrarian space and in the urban space, to contribute to the denuding of nature-society and the promotion of a fully emancipated society.

Keywords: countryside-city; Geography teaching; Green Revolution; capitalism.

PASANTÍA SUPERVISADA EN GEOGRAFÍA: CONSIDERACIONES SOBRE LA RELACIÓN CONTENIDOS CAMPO-CIUDAD Y SUS CONSECUENCIAS EN EL ESPACIO GEOGRÁFICO BRASILEÑO

RESUMEN

El capitalismo asume, en Brasil, su fase monopolista a partir de la década de 1940, con énfasis en la década posterior a 1960, cuando se difunde la "Revolución Verde". Frente a los paquetes verdes que incluían la entrada masiva de maquinaria pesada y el uso de semillas y animales modificados genéticamente, el país se convirtió en escenario de rápidas e intensas transformaciones, tanto en las zonas rurales como en las urbanas. Entretanto, el presente trabajo es producto del Proyecto de Enseñanza presentado como requisito parcial para aprobación en la disciplina Práctica Supervisada en Enseñanza de Geografía III, Departamento de Geografía, Campus Prof. Alberto Carvalho, Universidad Federal de Sergipe. El proyecto estaba dirigido a los alumnos del 7º curso de la Escuela Primaria II del Colégio Estadual Prof. Nestor Carvalho Lima, situado en Itabaiana-SE. El trabajo pretendía analizar la relación campo-ciudad y sus desdoblamientos en el espacio geográfico tras la Revolución Verde (1960). El método de análisis de esta investigación fue el materialismo histórico dialéctico, con el propósito de sacar a la luz las contradicciones engendradas por las relaciones existentes entre los espacios urbanos y

rurales y se basó en el enfoque cualitativo, con el objetivo de abarcar las experiencias desarrolladas a lo largo del proceso de enseñanza-aprendizaje. En este sentido, los alumnos comprendieron los conceptos discutidos sobre la relación campo-ciudad y sus desdoblamientos que ayudaron en la comprensión de estos reordenamientos materializados en el espacio agrario y en el espacio urbano, para contribuir en el desvelamiento de la relación naturaleza-sociedad.

Palabras clave: campo-ciudad; enseñanza de la Geografía. Revolución Verde; capitalismo.

INTRODUÇÃO

O capitalismo, enquanto modo de produção que subordina o trabalho humano em função da produção de mercadorias e consequente geração de lucros, busca negar as contradições que vai produzindo. Com um discurso ideológico de desenvolvimento e progresso, tem-se a negação do campo e a defesa maciça da cidade, colocando o espaço agrário brasileiro como *locus* de atraso e arcaico, que necessita através do agronegócio, de uma transformação profunda fomentada pelo poder financeiro, industrial e agrário exportador (CAMPOS, 2011).

O campo brasileiro com o alvorecer da “Revolução Verde” passa por um processo de modernização, por meio da sua tecnificação, mecanização e quimificação (THOMAZ JUNIOR, 2017). Mas esse processo reverbera no aumento de conflitos sangrentos no campo, bem como na saída dos camponeses de seus territórios, sendo “os territórios camponeses” apropriados pelos agentes do capital, configurando-se em “territórios capitalistas” (MARQUES, 2000), subjugando a função social da terra e impedindo a reprodução social dos sujeitos do campo, a citar: camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros.

O capital, através dos seus agentes expansionistas (Estado, mídia, instituições financeiras etc.), mascara a realidade, fazendo acreditar que campo e cidade não possuem relações, como se não existisse uma simbiose entre esses dois espaços. Assim, campo e cidade são categorizados de forma separada, o que não condiz com o real concreto. Cidade e campo são dependentes, espaços que se correlacionam no processo de construção do espaço geográfico. O espaço urbano, a partir da década de 1990 se torna *locus* de produção de máquinas e insumos que serão usados no campo, o campo então passa a receber tecnologias que visam a atender interesses alheios às demandas locais, esse processo se dá por meio do espraiamento do capital e sua tríade motriz, representada pelo capital financeiro, fundiário e industrial (CAMPOS, 2011).

Dessa forma, a partir da consolidação do agronegócio enquanto modelo de produção hegemônico, a relação produção-distribuição-consumo torna-se complexa, envolvendo campo

e cidade. Sobre a crescente expansão do agronegócio no país, podemos citar as novas fronteiras agrícolas que têm ganhado espaço nas últimas décadas, levando ao aumento de conflitos e mortes entre latifundiários e camponeses, estes últimos sendo os mais impactados (THE INTERCEPT BRASIL, 2021)¹.

Neste ínterim, o agronegócio remodela o espaço agrário brasileiro, tornando-se um território alheio aos interesses dos sujeitos do campo, mas que para a mídia monopolista é o “novo” rural, representante da modernidade.

Destarte, Campos (2011) explicita que:

O agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um lócus privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais (CAMPOS, 2011, p. 109).

Desse modo, se atividades como a de manicure, pedicure, cabeleireiro, boleira e doceira eram vistas como forma de cumprimentar a renda dos trabalhadores do campo, na atualidade, com o avanço do capital no campo, tem se tornado um ato de resistência por parte dos camponeses para se manterem em suas terras, pois cada vez mais “as terras do campesinato” são captadas pelo agronegócio. Além das atividades citadas, se presencia nas últimas décadas a existência de casas de jogos e expansão de minimercados, percebe-se que essa prática tem se tornado cada vez mais frequente no espaço agrário brasileiro. O desenvolvimento latente desses serviços reverbera na realidade vigente no campo nos dias atuais, na qual o agronegócio vai expulsando os camponeses da terra, que é o seu espaço de reprodução social.

Nesse sentido, as atividades realizadas fora do bojo da agropecuária, hoje, funcionam como mais um instrumento dos camponeses para se manterem no campo, tendo em vista a sua resistência no processo de integração ao modo de produção capitalista. Os atores da terra se recriam na incessante luta contra os ditames dolorosos, arquitetados pelo capital, enquanto essa categoria explora o trabalho humano, tornando-o estranhado. Assim, com a separação dos homens dos seus instrumentos de trabalho e, por conseguinte o conflito histórico Capital versus Trabalho, o capitalismo atua no apagamento da memória e dos saberes dos sujeitos sociais, pois

¹ Disponível em: <https://theintercept.com/2021/05/31/funcionarios-do-imperio-alimenticio-marata-usam-tiro-fogo-e-violencia-para-tomar-area-de-camponeses-no-maranhao/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

esses não se reconhecem mais como criadores dos objetos (LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL, 2021)².

Dessa forma, é no perfazer da vida que os camponeses se recriam de diferentes formas nos diferentes territórios que juntos compõem o espaço brasileiro, com o objetivo de se manterem vivos frente às ofensivas neoliberais, que cada vez mais se espraiam pelo espaço agrário brasileiro, o que reverbera na força e resiliência desse sujeito social.

Para Marques (2008):

Não se pode afirmar um destino pré-determinado para o campesinato em nossa sociedade. O destino desta classe social se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis historicamente determinados (MARQUES, 2008, p. 60).

Diante desses pressupostos, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a relação cidade-campo, através da análise das suas principais características e seus desdobramentos no espaço geográfico, sobretudo a partir da Revolução Verde no Brasil até os dias atuais. Para isso, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: verificar as modificações ocorridas nos últimos anos no espaço urbano e rural brasileiro a partir da Revolução Verde; compreender os desdobramentos da expansão do agronegócio no campo brasileiro; averiguar como a junção do capital financeiro, industrial e agrário tem modificado o que se compreende como campo e cidade; discutir os principais problemas para a população que vive do campo na contemporaneidade.

O presente trabalho é produto do Projeto de Ensino apresentado como requisito parcial à aprovação na disciplina Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia III, do Departamento de Geografia, Campus Prof. Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe. O projeto foi direcionado aos discentes do 7º Ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Prof. Nestor Carvalho Lima, situado na cidade de Itabaiana-SE. A turma em questão é composta de aproximadamente 40 alunos

Nesse ínterim, o referido trabalho almejou desvelar os conflitos fomentadas pelo capitalismo, que tenta homogeneizar a realidade, expondo um campo totalmente desvinculado de relações com o espaço urbano. O conteúdo produzido visou proporcionar à sociedade um conhecimento consciente, separado de resquícios ideológicos dominantes. Para isso, os discentes matriculados no 7º Ano do Colégio Estadual Prof. Nestor Carvalho Lima estiveram

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iuQ-YZPovJ0>. Acesso em: 27 mai. 2021.

envolvidos nesse processo de ver e ler a realidade concreta a partir das questões latentes, ou seja, daquilo que eles conseguem listar como incomum e/ou dos processos que eles presenciam no lugar onde moram.

Dessa forma, portanto, espera-se produzir novas questões geográficas, teorizando a realidade e levantando informações e dados para que outras pessoas tenham conhecimento dos resultados encontrados durante a vigência do projeto de ensino.

METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta como método de análise o materialismo histórico dialético, com o propósito de trazer à tona as contradições engendradas pelas relações existentes entre os espaços urbanos e rurais a partir da Revolução Verde no Brasil. Compreende-se a necessidade de apreender o objeto de estudo em sua totalidade, ou seja, a relação Campo-Cidade, tendo em vista a necessidade de apreciar as diversas conexões para o seu entendimento. Nesse sentido, a metodologia terá abordagem qualitativa, visando a abarcar as experiências desenvolvidas ao longo desse processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Minayo (2002), a abordagem qualitativa trabalha com:

o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (2002, p. 21-22).

O presente projeto foi direcionado para os discentes do 7º Ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho Lima, situado na cidade de Itabaiana-SE. A turma em questão é composta de aproximadamente 40 alunos e a aplicação do projeto foi feita em 12 aulas, distribuídas entre os dias 05 e 27 de abril de 2022, às terças-feiras e às quartas-feiras, no período da manhã, de acordo com o cronograma abaixo.

Quadro 1: Cronograma de aulas do projeto de ensino de Geografia, 2022

AULA 01	AULA 02	AULA 03	AULA 04	AULA 05	AULA 06
Realização de uma roda de conversa entre os estagiários e discentes	Discussão sobre a atividade.	Discussão sobre as respostas dos questionários.	Apresentação de depoimentos dos discentes sobre o objeto de estudo.	Confecção de fontes a serem divulgadas na culminância do projeto	Culminância do projeto com a exposição de materiais (fotos, vídeos, poemas, textos em cartolinas etc.) em sala de aula.
Elaboração de atividade.	Elaboração de questionários abertos a serem aplicados pelos alunos.		Solicitar pesquisa sobre o tema em desenhos, filmes, noticiários, revistas e fotografias.		

Organização e elaboração: Autores (2022)

Durante o período de aplicação do projeto, foram desenvolvidas atividades como: exposição de figuras e imagens, além de depoimentos dos discentes sobre o objeto de estudo, em paralelo às discussões sobre a literatura concernente ao tema do projeto de ensino, que foi encerrado com elaboração de novos conceitos sobre o espaço urbano e o espaço rural, de acordo com o que foi mostrado ao longo das aulas.

Os recursos didáticos utilizados durante os encontros foram: lousa, giz, livro didático, imagens, matérias de jornais, smartphone, bem como o uso de charges, mapas, músicas e vídeos. Os encontros se mantiveram intimamente ligados entre si, com o objetivo de não existir uma quebra no processo de construção desse conteúdo, que envolve o espaço urbano e agrário brasileiro.

Entre os resultados esperados a partir dos desdobramentos do projeto, esteve desenvolver um senso crítico frente às mudanças ocorridas no espaço urbano e agrário brasileiro, reverberando em um fazer geográfico emancipatório.

Para isso, o processo ensino-aprendizagem foi alicerçado em discussões e debates entre os educandos e os educadores. Nesse sentido, esperava-se que os alunos conseguissem interpretar transformações presentes na sua realidade local, de forma a inter-relacionar tais acontecimentos com os processos ocorridos em outras localidades e escalas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Campo, cidade e reforma agrária – retrocessos e avanços

No modo de produção capitalista, o arcaico, posto como obsoleto, é integralizado ao moderno de forma disfarçada, a ponto dos sujeitos se desprenderem da compreensão do que compõe o novo objeto, ou seja, num processo vil de alienação, os capitalistas tentam inculcar na sociedade que o velho não mais existe, descaracterizando a origem e a historicidade do novo. Nesse ínterim, historicamente o fim do campo é posto pela classe dominante, mas é um fim que não se sustenta na prática, pois, de forma contraditória e persistente, o campo mostra sua força e sua participação como espaço/território de reprodução do sujeito social.

Desde o Comunismo Primitivo, quando suas bases estavam voltadas para uma comunhão de bens entre os sujeitos, até o feudalismo, caracterizado pela existência do senhor feudal e servo, o espaço agrário mostrava o seu papel na conformação social, econômica, política e cultural da sociedade, o espaço urbano como existe hoje ainda não estava originado, o que vai ocorrer a partir da formação dos primeiros burgos – cidades próximas às muralhas da propriedade do feudo (SPOSITO, 2002).

Com o modo de produção capitalista, nascido nas fábricas inglesas, o que demonstra o seu caráter urbano, o campo e a cidade ganham paisagens diferenciadas e distintas. Cabe ressaltar que, de fato, a sociedade capitalista concentra-se no espaço urbano, diferentemente de todos os demais modos de produção até o presente momento, mas tal realidade não extingue a importância do espaço agrário na sustentação desse modelo de sociabilidade, tendo em vista que o capital é expansionista por natureza.

Se afirmado anteriormente que os sujeitos se concentravam no espaço agrário e, com o advento do capitalismo, migram compulsoriamente para as cidades, é importante destacar que esse êxodo rural se dá de forma por vezes violenta, pois a separação entre os sujeitos camponeses dos seus instrumentos de trabalho foi dolorosa, conflituosa e sangrenta, tudo a fim de estabelecer o capitalismo como modo de produção hegemônico. Com esse processo de separação entre os trabalhadores e seus meios de trabalho dá-se início a um maçante discurso do fim do campo em escala mundial e uma defesa longínqua do espaço urbano como lócus de desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido, no Brasil dos anos 1960, temos o auge da disseminação da ideia de uma “Revolução Verde”, processo entendido como a modernização conservadora da agricultura brasileira (ALENTEJANO, 2003).

A “Revolução Verde” (1960) se materializa a partir da entrada dos maquinários e insumos químicos no espaço agrário, antes possuído de sujeitos camponeses que se conheciam e se faziam na terra, mas que com o avançar do capital e do agronegócio se tornaram desalojados e despossuídos do espaço que historicamente lhe ofereceu vida – por intermédio dos recursos hídricos, alimentos saudáveis e ar puro (CAMPOS, 2011). Sendo que mais uma vez a classe dominante consegue sufocar a Reforma Agrária com a disseminação desse pacote verde, pois há a disseminação feroz que o campo é lugar de atraso e que o desenvolvimento dos camponeses se dará nas cidades. Como resultado dessa ideologia, nos anos 1970/1980 o Brasil se caracteriza pela primeira vez como um país predominantemente urbano, desde o seu surgimento, datado de 1500.

Nesse sentido, Simonetti (2008) destaca:

As modificações nas relações de produção que se intensificaram no Brasil a partir dos anos 1960 não geraram a expropriação pura e simples dos camponeses, transformando-os em proletários. A realidade é mais complexa. Muitos se transformaram em população sobrando, desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários que, mesmo na cidade, mantêm o vínculo com o campo, quer por meio do trabalho volante ou bóia-fria, quer como moradores junto aos pais em pequenos sítios, ou eventualmente trabalhando como parceiros ou rendeiros em várias regiões do país, e também em situações específicas de trabalho na cidade. (SIMONETTI, 1999, p. 115-116)

Dessa forma, historicamente as oligarquias locais e regionais, que hoje se transfiguram em sujeitos políticos que representam o Estado brasileiro, se distanciam do que é posto por alguns movimentos sociais e algumas centrais sindicais para a urgência de se realizar a Reforma Agrária no campo brasileiro, com ganhos tanto para o campo quanto para a cidade. Assim, a Reforma Agrária, se realizada de forma estrutural e acompanhada por outras políticas públicas, significa mais gente trabalhando no campo, que produzirá mais alimentos saudáveis para si e para aqueles que estarão empregados nas cidades, num convívio comunal.

Assim posto, a “Revolução Verde”, na década de 1960, e o agronegócio, a partir dos anos 1990, dão ao campo brasileiro uma realidade instrumentalizada e ao mesmo tempo complexa. Instrumentalizada no tocante a ser visível o processo crescente de entrada de tratores e fertilizantes químicos nesses ambientes, e complexa por essa ação ocorrer em duas vias, podendo ser por meio da “territorialização do capital” ou “monopolização do território” (OLIVEIRA, 2016). No primeiro processo, os sujeitos perdem suas terras para o capital dominante, podendo ser recapturados pelo dono da compra; no último o capitalista não compra

as terras, mas tem poder de persuasão suficiente para definir o que será produzido e de qual forma.

Dessa forma, o discurso falacioso do novo, desprendido de quaisquer resquícios do arcaico, se materializa no agronegócio espacializado no campo brasileiro pós década de 90 do século XX, através da fusão entre o capital financeiro, agrário e industrial, sendo o Estado guardião nato desse novo empreendimento capitalista (CAMPOS, 2011). Dito isso, o agronegócio, modelo de produção voltado para a exportação de *commodities*, emprega no campo características nunca antes vistas, o que para alguns autores como Abramovay (1992) se torna o “novo rural”, mas que não sentem preocupação em colocar em relevo que de novo não tem quase nada, apenas as artimanhas de captar as riquezas por vezes produzidas pelos sujeitos do campo.

A partir dessa realidade, o que se presencia é um espaço agrário saturado e empobrecido, tanto no tocante aos camponeses e demais povos do campo, quanto aos aspectos ambientais, não pela impossibilidade e/ou capacidade dos camponeses de produzirem e se desenvolverem socialmente, mas sim porque os capitalistas continuam a usurpar grande parte das produções próprias do campesinato, isso a partir do circuito comercial, quando os produtos entram na escala do mercado (THOMAZ JUNIOR, 2017). Na ideologia dominante de trabalhar o campo brasileiro como dependente do espaço urbano, o que se tenta mascarar é a atuação constante dos camponeses para com a alimentação da sociedade brasileira, pois são os camponeses quem colocam comida na mesa dos brasileiros, garantindo-lhes uma segurança e também soberania alimentar, situações desprezadas pelo agronegócio, que tem como carro-chefe os agrotóxicos.

Nesse sentido, é notório que atividades antes encontradas no espaço urbano se tornam presentes na zona rural, assim como atividades antes vinculadas ao campo se fazem presentes nas cidades. A questão em debate é que essa realidade não extingue o rural brasileiro, pois é necessário ler tais mudanças a partir do materialismo histórico dialético compreendendo-as enquanto contradições do próprio modo de produção capitalista. Contudo, é preciso enxergar essa realidade social como novas formas de reprodução dos sujeitos do campo frente aos ditames do capital, sobremodo do agronegócio.

A realidade social é dinâmica, assim definir o que é rural ou urbano apenas por meio de pontos estáticos e engessados, nos leva a interpretar superficialmente as questões sociais. Nisso o rural é caracterizado por Alentejano como “as dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra” (2003, p. 11). Porém, destaca-se que quando o autor

descreve essa relação do sujeito para com a terra, o ponto central é a dependência em si para a reprodução social. Sendo assim, não impede que o homem urbano também estabeleça um vínculo com a terra, mas de forma geral a sua reprodução não se faz no processo de plantio e colheita nesses lócus, pois essa realidade é pertencente aos camponeses e demais povos do campo (ALENTEJANO, 2003).

Por conseguinte, o campo e a cidade se transformam ao longo do tempo, mas de forma alguma deixam de existir. O que existe é a centralidade de um em detrimento do outro, a depender a época, pois se o Comunismo Primitivo e o Feudalismo proporcionavam um desenvolvimento de caráter agrário; o Capitalismo se desenvolve no espaço urbano.

Desse jeito, as atividades e serviços se espacializam tanto no campo quanto na cidade, pois, a título de exemplo, torna-se comum percebermos a presença de salões de beleza, minimercados, lojas de peças, dentre outros serviços no campo; como também no espaço urbano encontram-se casas de farinha artesanais. Assim, o urbano e o rural se inter-relacionam. Entretanto, essas atividades surgem, por diversas vezes, como mecanismos de resistência e sobrevivência dos povos do campo, que, para não serem expulsos de suas terras, passam a incorporar novas características, mostrando assim a sua resistência frente ao avanço do capital.

Nesse ínterim, o campo multifacetado e com pluriatividades ainda é sinônimo de contradições e não de harmonia, como posto pela classe dominante. Dessa forma, apenas a Reforma Agrária, acompanhada de políticas públicas certas poderia reverter essa realidade de desigualdade que historicamente marca o campo brasileiro, definido a partir de uma base latifundiária e escravagista.

Alentejano (2003), afirma que:

Reordenar o espaço agrário brasileiro através de uma ampla e massiva reforma agrária é o passo primordial para construir um novo padrão de desenvolvimento rural, o que, por sua vez, é requisito fundamental para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o conjunto do país, rompendo com séculos de dependência, miséria e desigualdade (ALENTEJANO, 2003, p. 17).

No Brasil, a Reforma Agrária torna-se assunto complexo desde o início da propriedade privada, taxada na Lei de Terras de 1850, quando percebido pelos dominantes da época que o fim da escravidão era iminente. Às pressas, esses sujeitos aprovam a referida lei, que teve como funcionalidade manter intacta a estrutura fundiária. Essa realidade persiste até os dias atuais, tendo em vista que hectares de terras são destinados à produção de um único produto, enquanto

os camponeses, que são os responsáveis pela produção de alimento, sobrevivem por meio de pequenos lotes de terra (MORAES, 2008).

Dessa maneira, a redistribuição de terras no país é fundamental para nos encaminharmos para uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse ínterim, com a Reforma Agrária, os sujeitos que hoje ocupam os espaços de pobreza nos centros urbanos poderiam viver num ambiente que lhes garantisse trabalho, lazer e uma vida digna.

A dualidade campo-cidade

Os espaços urbano e rural compõem uma totalidade dialética, ou seja, estabelecem relações e, por isso, não podem ser compreendidos de maneira separada. Percebe-se que as relações existentes entre os dois espaços são cada vez mais complexas, já que a realidade mostra a existência de mesclas de atividades antes caracterizadas como rurais ou urbanas nas duas áreas. Assim, aparentemente fica ainda mais difícil definir tais espaços por meio das atividades que são desenvolvidas.

Ao longo do tempo, o campo sofre mudanças significativas, causando grandes impactos na sua estrutura socioeconômica. No caso do Brasil, existe um projeto de desenvolvimento rural pautado na massiva expansão do agronegócio. Além dos problemas sociais causados pela expropriação de uma porção do campesinato, também devem ser levados em consideração os problemas ambientais e sanitários causados por este modelo de desenvolvimento.

De acordo com Thomaz Junior

o uso intensivo e abusivo dos agrotóxicos e fertilizantes químicos polui e contamina intencionalmente os alimentos, o ambiente (ar, rios, chuva, solo, peixes, vegetações, etc.), os trabalhadores, consumidores e população do entorno de fazendas agrícolas". THOMAZ JUNIOR (2017, p. 3);

A superação da desigualdade social brasileira depende de políticas de valorização do campo e, além disso, dos seus atores sociais. Portanto, faz-se necessária uma distribuição de terras mais justa, assim como a superação da visão que enxerga o espaço rural como atrasado em relação ao desenvolvimento encontrado nos centros urbanos.

Nesse sentido, é preciso considerar a revalorização do espaço rural e dos ambientes naturais causadas pelo desenvolvimento. A própria definição dos espaços rural e urbano, no Brasil, carece de maior precisão, já que a definição do espaço rural é feita a partir de características não encontradas ali, quando comparado às cidades, e não por meio daquilo que

se encontra. A alienação e a ideologia contribuem para a formação de idealizações sobre os espaços, o que reforça uma hierarquia urbano-rural.

Ademais, existe uma necessidade de superar a dicotomia entre cidade e campo, pois ela impede que se enxerguem tais espaços como dependentes entre si. Fruto de um processo histórico, essa divisão pode ser explicada pela divisão do trabalho que, além de possuir um caráter social, também adquiriu um caráter territorial com o desenvolvimento das cidades.

De acordo com Marques (2002),

as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana (2002, p. 100).

A partir da realidade, é possível perceber que diversos serviços situados nos grandes centros urbanos são estritamente dependentes das atividades desenvolvidas no campo, vice-versa.

Além disso, cada vez mais as dinâmicas territoriais têm produzido uma revalorização dos espaços rurais, para além dos seus usos mais tradicionais e obedecendo sempre os ditames do capital. Isso fica evidente por meio da transformação de algumas paisagens rurais em objeto de consumo, muitas vezes sob o pretexto de fuga dos espaços urbanos. Contudo, tais ações contribuem, mesmo que indiretamente, para o reforço dos contrastes entre os espaços rurais e urbanos.

Para compreender os espaços rural-urbano, é necessário entendê-los como uma totalidade, existindo mutualismo, onde o espaço rural não deve ser entendido em oposição ao espaço urbano ou vice-versa, mas em sua relação de equilíbrio, “em que cada um não perde a sua identidade socioeconômica e cultural” (TAVARES, 2003, p. 38). Para isso, não pode haver separação. Sendo assim, em uma perspectiva marxista, o campo e cidade expressam “a culminância do processo de divisão técnica, social e territorial do trabalho” (HESPANHOL, 2013). Considerando também os avanços da ciência e da técnica, a dinâmica socioespacial ficou mais complexa, dificultando a distinção entre rural e urbano.

Para Santos

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida

urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres (SANTOS, 2000, p. 88).

Na perspectiva do autor, o processo de tecnificação e modernização do meio rural, a exemplo da agricultura, que com a elevada tecnologia que contém os maquinários, o campo contemporâneo se destaca por alta tecnologia, tornando-se um meio rural tecnológico e não mais associado “ao velho, ou seja, à velha ordem social vigente” (REIS, 2006, p. 03).

Outro fenômeno observado devido a modernização do campo é a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Atividades que antes eram desenvolvidas por pessoas do campo, foram substituídas por máquinas, fazendo com que um contingente de pessoas tivesse que ir para os centros urbanos para tentar vender a sua força de trabalho ou tornar-se manicure, cabeleireira etc, por exemplo.

Outras atividades vêm chamando a atenção nos últimos anos, ligadas à ocupação como “o turismo realizado no espaço rural (chácaras de lazer, pesque-pague, spas etc.), moradias secundárias para a classe média urbana, ocupações ligadas à prestação de serviços (como jardineiro, caseiros etc.)” (SCHNEIDER; VERARDI FILHO, 2000). Criando o ideário do campo como um lugar de lazer ou descanso, esvaziando o sentido que tem a zona rural, um espaço de reprodução social e de luta, fazendo com que aquela propriedade de lazer se torne uma terra improdutiva.

Portanto, para observar o atual campo é preciso considerar as transformações que nele aconteceram e os desdobramentos que foram gerados na cidade.

Conexões e contradições campo-cidade: práxis na escola

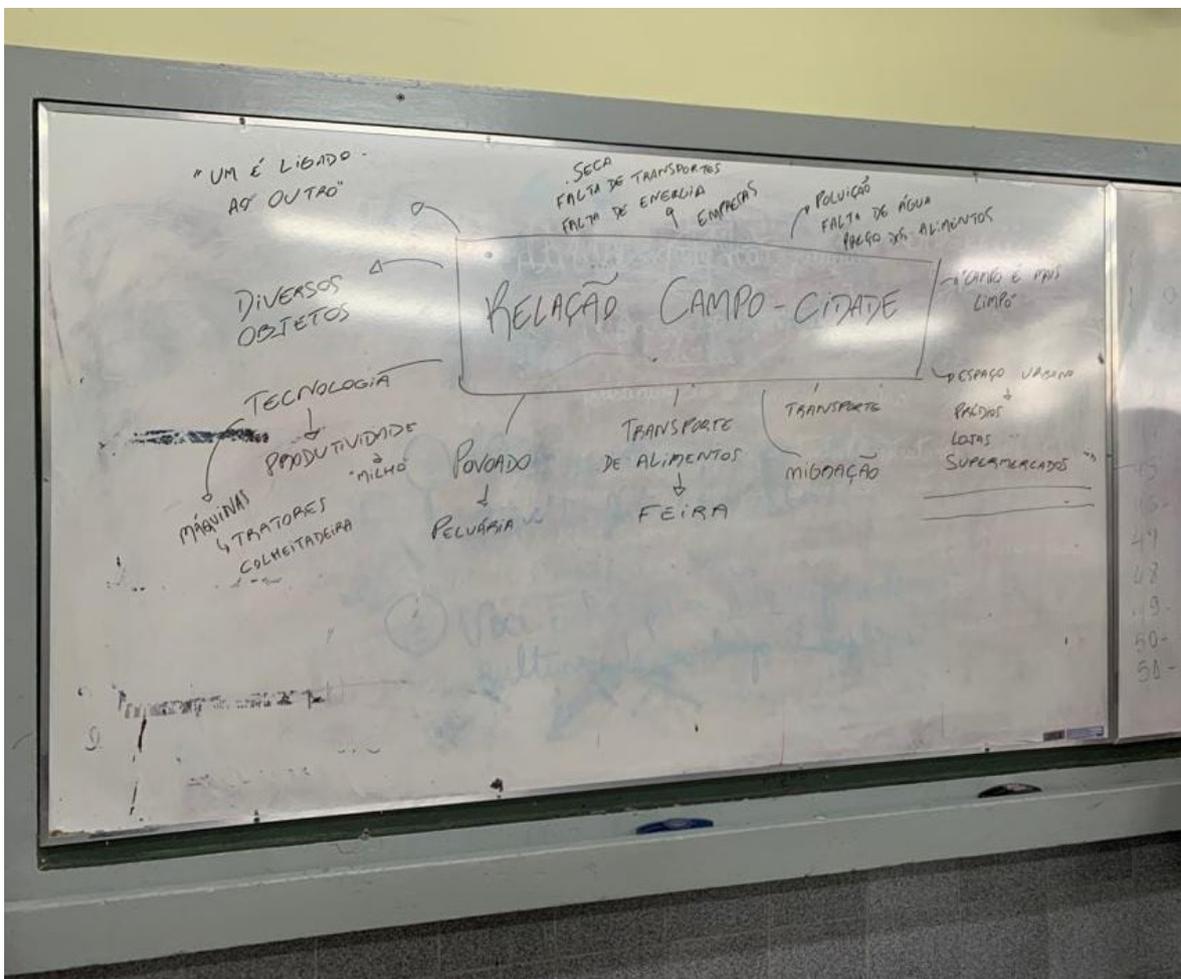
Durante a primeira semana, dias cinco e seis de abril, a aplicação do projeto de ensino esteve voltada à discussão sobre a dualidade existente entre os espaços urbano e rural, assim como à compreensão das contradições existentes entre tais espaços no contexto neoliberal. Para isso, foi realizada uma apresentação sobre o tema a ser trabalhado durante o estágio, a partir de uma roda de conversas entre os estagiários e os discentes da turma e da elaboração de uma nuvem de palavras (Figura 1). Além disso, houve discussões acerca do tema proposto e elaboração de uma atividade subjetiva sobre os assuntos abordados ao longo do encontro.

Os resultados demonstraram que os alunos enxergam características específicas entre os espaços urbano e rural, a exemplo de o campo ser “um lugar mais limpo” (TURMA DO 7º

ANO, 2022) e a cidade “concentrar mais tecnologias” (Ibid.), tendo um “maior fluxo de transportes” (Ibid.), concentrando “prédios e supermercados” (Ibid.).

Nesse primeiro momento, os discentes não conseguiram formular relações existentes entre o campo e a cidade, como se fossem espaços dissociáveis e sem quaisquer relações entre si. Todavia, no decorrer da explanação e, com o auxílio de alguns exemplos, os alunos estabeleceram processos que demonstram a indissociabilidade do espaço rural e urbano. Nesse sentido, a turma citou de que forma os alimentos, produzidos no campo, são transportados para serem comercializados na feira local do município de Itabaiana-SE, bem como a presença de maquinários agrícolas, produzidos na cidade, que são utilizados no campo.

Figura 01: Nuvem de palavras construída pelos alunos da turma do 7º Ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Prof. Nestor Carvalho Lima, Itabaiana/SE, 2022.



Fonte: AUTORES, 2022.

Como pode ser visto a partir da figura 01, os discentes puderem nomear palavras que remetesse tanto a cidade quanto o campo, além de descrever as conexões entre os dois espaços

em discussão. O resultado mostrou que os alunos conseguem compreender as relações existentes entre campo-cidade, tendo em vista que durante a construção da “nuvem de palavras” os mesmos exemplificaram o traslado dos produtos agrícolas que são vendidos na feira do município, bem como o trabalho de máquinas e tratores produzidos nas fábricas e utilizados no espaço agrário. Outro fato que chama atenção é a percepção que os educandos possuem sobre como a penetração da tecnologia na zona rural tem reverberado na expulsão dos camponeses de suas terras, os quais acabam se amontoando nas periferias das cidades.

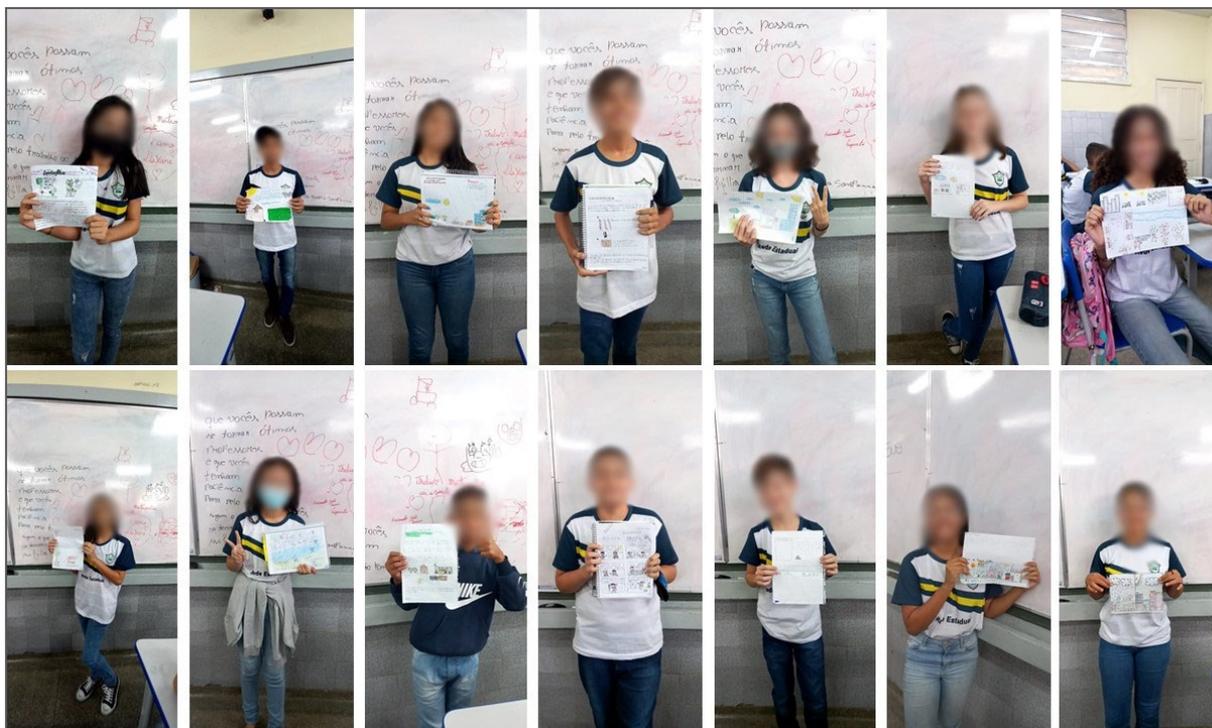
Na segunda semana, dias doze e treze de abril, propôs a discussão sobre as respostas dos questionários aplicados durante a semana anterior, a elucidação de algumas transformações do espaço rural e urbano no cenário brasileiro atual e a exposição de características dos espaços rural e urbano de Sergipe. Os encontros contemplaram exposição de imagens que visavam a problematizar o objeto de estudo, exposição oral acerca de mudanças ocorridas nos espaços rural e urbano brasileiros nos últimos anos e de informações e dados referentes à produção agropecuária sergipana.

Nesse sentido, os alunos citaram, à sua maneira, alguns problemas que envolvem as transformações ocorridas no campo e na cidade, como o desemprego, a concentração fundiária, a poluição dos espaços e o êxodo rural. Ademais, eles também expuseram seu conhecimento sobre algumas das principais produções agrícolas do estado, sendo citados: o milho, a batata-doce, a cebolinha, a macaxeira, entre outras. Diante do exposto, foi possível dialogar como alguns produtos se enquadram aos moldes do agronegócio, como no caso do milho, da cana-de-açúcar e da batata-doce direcionados para o setor agroexportador.

O encontro referente à terceira semana do projeto, que aconteceu no dia vinte de abril, foi voltado para a confecção de materiais autorais (desenhos, textos, poemas, charge etc.) sobre o tema abordado em sala de aula, para que fossem apresentados durante a culminância do projeto, na semana seguinte. Para isso, os alunos dedicaram-se, durante a aula, à criação dos seus materiais.

Durante a quarta semana, dias vinte e seis e vinte e sete de abril, o projeto foi direcionado à discussão sobre o uso de agrotóxicos e as suas consequências para o meio ambiente e a saúde pública, além da exposição dos materiais produzidos pelos discentes ao longo da aula anterior (Figura 2). As aulas dessa semana consistiram na exposição oral acerca do uso dos agrotóxicos e seus rebatimentos, bem como na culminância do projeto.

Figura 02: Exposição dos materiais produzidos pelos alunos do 7º Ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Prof. Alberto Carvalho, Itabaiana/SE, 2022.



Fonte: AUTORES, 2022.

Por meio de poemas, desenhos, textos e charges, os discentes trouxeram suas percepções acerca dos conteúdos ministrados ao longo da aplicação do projeto de ensino. Em sua maioria, os materiais, produzidos de forma crítica e autoral, apresentaram questões sociais e ambientais importantes para o entendimento da temática.

Desse modo, quando instigados a refletir sobre as mudanças que se materializam no campo e na cidade, os alunos desnudaram, ao passo de apresentações de artigos científicos, músicas, imagens e charges, as relações e dependências que marcam ambos os espaços, compreendendo a sua indissociabilidade.

Nesse sentido, durante os primeiros encontros, urbano e agrário se colocavam como opostos e dissociáveis, espaços sem conexões, mas com a mediação dos estagiários, os alunos se puseram a citar exemplos que destacavam como o campo fornecia material para a cidade e vice-versa. Dessa maneira, foi possível perceber que os alunos conseguiram absorver os conceitos e conhecimentos explanados durante as aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de ensino desenvolvido a partir das aulas que compuseram o Estágio Supervisionado em Geografia III demonstrou sua relevância social ao discutir as transformações ocorridas no campo e na cidade e os seus desdobramentos para os sujeitos sociais, sem perder de vista as conexões e as contradições entre os espaços. Ademais, os discentes puderam ver além da aparência de alguns fenômenos oriundos desses processos, que se fazem presente na realidade local, como: o desemprego, a alta nos preços dos alimentos, a expansão da malha urbana, entre outros.

Assim, os alunos compreenderam os conceitos discutidos sobre a relação campo-cidade e seus desdobramentos que auxiliaram no entendimento desses rearranjos materializados no espaço agrário e no espaço urbano. Portanto, é possível afirmar que o projeto pôde contribuir para uma formação político-pedagógica alicerçada na criticidade e na compreensão da essência dos fenômenos e, por conseguinte, na própria práxis, ou seja, na transformação viva e contínua da realidade social.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. As relações Campo-Cidade no Brasil do século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, 2003, p. 01-23.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. A colonização da América e a acumulação originária do capital. **Jus Humanum**. Revista eletrônica de ciências jurídicas e sociais da Universidade Cruzeiro do Sul, v. 1, n.1, 2011, p. 140-174.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz Neto; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

HESPAHOL, R. M. Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo. **Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará**, v. 12, n. 2, 2013, p. 103-112.

LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL, 2021. 1 vídeo. (02:01:49 s). Publicado pelo canal **TV UESB**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iuQ-YZPovJ0>. Acesso em: 27 mai. 2021.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito camponês. **Revista Nera**. Presidente Prudente, nº 12, p. 57-68, jan-jun. 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, ano 18, n. 19, 2002, jul./dez., p. 95-115.

OLIVEIRA, A. U. de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

REIS, D. S. dos. **O Rural e o urbano no Brasil**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 15. Anais... Caxambu (MG), p. 01-13, 2006.

SANTOS, M.. **Por uma outra Globalização**. SP: Record, 2000.

SCHNEIDER, S.; VERARDI FILHO, M. A. As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá (Colombia), v. 1, no 44, p. 11-44, 2000.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). **A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão**. São Paulo, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. (tese de doutorado)

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002. 80 p.

TAVARES, L. A. **As fronteiras físicas do espaço rural – uma concepção normativo-demográfica**. Revista RA&GA, Curitiba, no 7, p. 33-46, 2003.

THE INTERCEPT BRASIL. **Café com pólvora: funcionários do império alimentício Maratá usam tiro, fogo e violência para tomar área de camponeses no Maranhão**. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/05/31/funcionarios-do-imperio-alimenticio-marata-usam-tiro-fogo-e-violencia-para-tomar-area-de-camponeses-no-maranhao/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Revista Mercator**. Fortaleza, v. 16, p. 1-20, 2017.